

GABRIEL DE SOUZA YAMAMOTO

Matricula 11821ECO010

KANT, POLANYI E PLANEJAMENTO PARA O CONFLITO: NOTAS SOBRE A
MEDIAÇÃO DO ESTADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2023

GABRIEL DE SOUZA YAMAMOTO

Matricula 11821ECO010

KANT, POLANYI E PLANEJAMENTO PARA O CONFLITO: NOTAS SOBRE A
MEDIAÇÃO DO ESTADO.

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel de Azevedo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIEL DE SOUZA YAMAMOTO

Matrícula 11821ECO010

KANT, POLANYI E PLANEJAMENTO PARA O CONFLITO: NOTAS SOBRE A
MEDIÇÃO DO ESTADO.

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 07 de agosto de 2023

Profa. Dra. Raquel de Azevedo

Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp

Prof. Dr. Leonardo Segura Moraes

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha orientadora, professora Raquel de Azevedo, pela confiança e paciência, por apoiar o tema escolhido e pelo direcionamento oferecido em um momento em que me encontrava bastante desmotivado, além de ter conduzido o trabalho com muita dedicação e eficiência.

Agradeço ao professor Germano Mendes de Paula, por ter se tornado um exemplo para mim nos quesitos disciplina e comprometimento, sempre buscando motivar, sem tentar tornar mais fácil, porém mostrando como valeria a pena ao final.

Ao professor Marcelo Loural, tanto como professor como enquanto coordenador, por ter me auxiliado em inúmeras ocasiões durante vários semestres.

Aos demais professores que me auxiliaram durante toda a trajetória e que ofereceram palavras de apoio e ensinamentos valiosos durante o curso.

Aos amigos Carlos Eduardo e Guilherme Parreira, por estarem sempre presentes para ouvir minhas reclamações e por ajudarem a me manter motivado.

Ao Rafael Okaeda, pelas conversas, paciência e ausência de conflitos quando passamos a dividir uma casa após o retorno das aulas presenciais.

Ao Bruno Soares por, mesmo depois de dois anos de aulas remotas, ainda manter contato e se esforçar para manter a amizade e compartilhar experiências.

À Dayane pela amizade, pelos inúmeros trabalhos feitos em conjunto, pela paciência e pelo apoio e incentivo nos momentos difíceis.

Ao meu irmão Luiz Gustavo que sempre esteve ao meu lado, mesmo distante, sempre compartilhando vivências e demonstrando apoio durante toda a graduação.

E especialmente ao meu pai, Roberto Yamamoto Serizawa, pelo apoio incondicional, por me ajudar a enfrentar os momentos mais difíceis, por conversar, por ouvir, por contribuir das mais diversas formas, sem nunca medir esforços para me proporcionar as condições para que eu pudesse concluir meus estudos.

*I met a traveller from an antique land,
Who said — “Two vast and trunkless legs of stone
Stand in the desert ... Near them, on the sand,
Half sunk a shattered visage lies, whose frown,
And wrinkled lip, and sneer of cold command,
Tell that its sculptor well those passions read
Which yet survive, stamped on these lifeless things,
The hand that mocked them, and the heart that fed;
And on the pedestal, these words appear:
My name is Ozymandias, King of Kings;
Look on my Works, ye Mighty, and despair!
Nothing beside remains. Round the decay
Of that colossal Wreck, boundless and bare
The lone and level sands stretch far away.”
(Ozymandias, Percy Bysshe Shelley, 1818)*

YAMAMOTO, Gabriel de Souza. **Kant, Polanyi e planejamento para o conflito: notas sobre a mediação do Estado**. Orientadora: Raquel de Azevedo. Uberlândia, 2023. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar, a partir de uma perspectiva histórica, como diferentes formas de conflito exigiram diferentes formas de planejamento para lidar com suas consequências. Para isto se considera as relações entre os países em três momentos diferentes, sendo estes o período sucessor à Revolução Francesa, através dos estudos de Immanuel Kant, o período que sucede a Crise de 1929 e as duas guerras mundiais através do livro de Karl Polanyi, e por fim as atuais mudanças climáticas e a forma como estas exigirão uma mudança estrutural das relações entre os países, utilizando-se do livro de Martín Arboleda, uma vez que se espera que o próprio modo de vida dos agentes, bem como suas relações terão que mudar, como consequência do aumento da temperatura do planeta.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Ética Econômica; Filosofia da economia

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyse, from a historical perspective, how different forms of conflict required different forms of planning to deal with their consequences. For this, the relations between countries are considered in three different moments, these being the period following the French Revolution, through the studies of Immanuel Kant, the duration that follows the Crisis of 1929 and the Two World Wars through Karl Polanyi's book, and finally, the current climate changes and the way this subject will require a structural change in the relations between countries, using Martín Arboleda's work, since it is expected that the very way of life of the agents, as well as their relationships will have to change, as a result of the increase in the temperature of the planet.

Keywords: Climate Change; Economic Ethics; Philosophy of Economics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 – A PAZ KANTIANA DEPOIS DA REVOLUÇÃO FRANCESA.....	3
2 – A DEFESA DA REGULAÇÃO DOS MERCADOS NO ENTREGUERRAS.....	13
3 – PLANEJAMENTO PARA O CONFLITO E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	30
CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é recuperar, nas obras de Immanuel Kant e Karl Polanyi, elementos que ajudem a pensar o papel do Estado diante das crises, de modo que se possa delinear qual seria o arranjo institucional adequado para lidar com os efeitos das mudanças climáticas. Trata-se, portanto, de uma crise nova, de maior escala e que exige uma atuação estatal ainda mais complexa.

Por se tratar de uma monografia, a metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica, ou seja, o levantamento de material, tendo como base os processos históricos já publicados em documentos como livros e artigos, com o objetivo de explicar o tema através de sua revisão, de natureza qualitativa, de caráter eminentemente teórico.

Este trabalho foi dividido em três partes, para que se tornasse mais fluido o entendimento dos três períodos analisados. O primeiro capítulo se inicia com uma breve revisão sobre o momento em que sua principal referência bibliográfica, *À Paz Perpetua: Um Projeto Filosófico* de Immanuel Kant foi escrita, qual seja, a Europa no final do século XVIII. O período de guerras e perseguições e de transformações da sociedade, relacionadas à Revolução Francesa, à Guerra dos Sete Anos, às mudanças nas relações entre os Estados Nacionais e aos tratados de paz realizados, fizeram com que este autor voltasse sua atenção para a eficiência destes acordos, para que não se regressasse ao período de conflitos intermináveis. Para tanto, Kant ressalta a importância de não se criarem ressalvas nos tratados que possibilitem conflitos futuros, caso contrário, os acordos se tornariam apenas armistícios, com intenção de retomar as guerras futuramente, impossibilitando a real coordenação e entendimento entre os países.

O segundo capítulo é estruturado a partir da análise do livro *A Grande Transformação* de Karl Polanyi, escrito em 1944, momento em que se investigavam as transformações ocorridas no século XIX, como o equilíbrio de poder entre as nações, que mediavam suas relações através da paz, em detrimento das guerras dos séculos anteriores, com o surgimento da instituição conhecida como *haute finance*, que representava os altos círculos financeiros da Europa, de forma

independente dos governos e bancos centrais, e que unia as organizações políticas e econômicas, bem como financiava as ações que julgavam necessárias. Também eram analisados os efeitos da Crise de 1929, bem como o contexto da Segunda Guerra Mundial, mas principalmente a crise dos mercados “autorregulados” e as necessidades que estes conflitos generalizados indicavam, isto é, que se percebesse a importância de um planejamento para a atuação dos mercados, ou a demanda pelos mercados regulados.

Por fim, o terceiro capítulo retoma brevemente os principais pontos dos anteriores, visando elucidar seus fatores em comum, para que sirvam de base teórica para a análise do tópico das mudanças climáticas, e tentar trazer a necessidade de governar para o conflito para que se enfrente este problema, utilizando-se do livro de Martín Arboleda, *Gobernar la utopia: Sobre la planificación y el poder popular*. Este autor argumenta em favor da criação de um aparato institucional que contemple os agentes envolvidos no conflito das mudanças climáticas, que possui diversas contradições e motivações opostas entre os interesses públicos e privados, e mesmo sobre o tipo de estrutura de mercado que será necessária para que se enfrente este tópico.

1 A PAZ KANTIANA DEPOIS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Considerando o período em que foi escrito, não podemos deixar de considerar que *À Paz Perpétua: Um Projeto Filosófico* tem como contexto histórico os movimentos filosóficos, políticos e artísticos que ocorriam por toda a Europa, mas, principalmente na França no século XVIII, dentre estes, se situa o Romantismo e sua inclinação para as emoções de compaixão, que de acordo com o movimento, deveria possuir um caráter verdadeiro e direto, se separando do pensamento, ainda que de certa forma tal motivo seja considerado ingênuo perante a verdadeira realidade das classes europeias, conforme afirma Russel, “os pobres eram tidos como mais virtuosos do que os ricos; sábio era quem se afastava da corrupção das cortes a fim de gozar dos prazeres serenos de uma existência rural sem muitas ambições.”(RUSSEL, 2015 p. 232). Outro fator a ser considerado, que provavelmente leva a essa postura por parte dos pensadores é a lembrança do período de guerras religiosas e civis de meados do século XVI, e os sacrifícios que foram necessários para alcançar a segurança. Ainda que os românticos não buscassem exatamente a paz e a segurança como objetivo primário, e sim uma vida que fosse vivida de forma apaixonada, e que também considerassem que o movimento de expansão das organizações econômicas tirava o que eles denominavam como sendo liberdade individual, a lembrança do caos enfrentado era suficiente para deixar seus pensamentos inquietos.

Aqui destaca-se a diferença e substituição por parte dos românticos em relação ao utilitarismo e seus conceitos de ética, uma vez que se concentravam na discussão do belo (motivações estéticas) em detrimento do útil. Buscavam, acima de tudo, a motivação por parte do que era grandioso e aterrorizante, fato observado nas principais obras de sua literatura, como ocorre em *Frankenstein* de Mary Shelley e *Les Misérables* de Victor Hugo. Constata-se inclusive que a busca por estes padrões fortes do modo de viver, deixava de lado, muitas vezes, inclusive as consequências sociais dos atos praticados, haja vista a consideração de que adiar a satisfação para obter benefício futuro, como acontece com o acúmulo de capital,

era uma atividade maçante que impedia o homem solitário de viver a vida como esta deveria ser vivida.

Neste ponto, o surgimento do idealismo alemão, substituindo o princípio fundamental da ética para o autodesenvolvimento, aparece como forma de ruptura com o movimento citado, pois parte da ideia de que, ainda que os indivíduos buscassem de certa forma o isolamento, as necessidades econômicas existem e exigem certas abdições das vontades individuais para que sejam alcançadas, deixando, portanto, de desprezar o comércio e as finanças, tal qual os românticos faziam, isso ocorre também pois, “No início do século XIX, a Alemanha ostentava diversidade cultural e econômica extraordinária” (RUSSEL, 2015 p. 282). Para Immanuel Kant, então, considerado fundador do idealismo alemão, o sentido da ética, diferentemente da utilitarista, se sagrava apenas nos sistemas que eram comprováveis por meio de raciocínio filosófico. Kant nasceu em 1724, na cidade de Königsberg, na Prússia Oriental, e se diferenciava dos demais pensadores de épocas imediatamente anteriores por ser professor universitário e lecionar para públicos mais instruídos. Tendo vivido o período da Revolução Francesa, da Guerra dos Sete Anos e o início do governo de Napoleão, ainda assim buscava destacar os pontos positivos da democracia, dos direitos humanos e da liberdade. Argumenta Russel, “A filosofia alemã era mais próxima da Prússia do que a literatura e a arte. Kant foi súdito de Frederico, o Grande” (RUSSEL, 2015 p. 283). Dentre suas obras mais destacáveis estão a *Crítica da Razão Pura* (1781), a *Crítica da Razão Prática* (1788) *A Metafísica dos Costumes* (1797) e *À Paz Perpetua* (1795), esta última sendo o tema principal deste capítulo. Ainda que à época da publicação original a opinião pública fosse de que a obra possuía certa ingenuidade, a contemporaneidade de seu tema fez com que ganhasse relevância no período que sucede o final da Guerra Fria, dada a necessidade de reorganização internacional.

A exemplo da grande parte dos pensadores de grande importância, podemos dizer que as opiniões de Kant em relação aos temas que pesquisava mudou bastante ao longo de sua vida, o que significa que os temas da paz e da guerra que serão discutidos à frente possuem certas distinções entre as obras de 1795 e de 1797. O que atravessa as formulações de Kant é a ideia de que o valor moral das

ações só existe quando forem praticadas de acordo com o sentimento de dever, e não da forma como seria considerado digno de acordo com o dever, indicando a necessidade de genuinidade da ação. No sentido das ações do Estado, o termo justiça indica que seu fim é o bem da comunidade, conforme aponta o filósofo: “A lei moral exige justiça, felicidade proporcional à virtude, se não existisse a liberdade, virtude nenhuma haveria” (Kant *apud* RUSSEL, 2015 p. 270). Portanto, seu pensamento condiz com o fato bastante discutido por escolas do pensamento econômico mais recentes, como a economia comportamental, ambiental e algumas vertentes da economia política, relacionada à necessidade de proximidade da tomada de decisão, com as pessoas que são diretamente afetadas pela decisão, ou seja, se um grupo de pessoas será afetada por uma ação, que estas sejam ouvidas de alguma forma, ou tenham igual importância para a determinação do curso a ser seguido.

O texto *À Paz Perpétua* é publicado quando Kant já havia escrito suas obras mais conhecidas, demonstrando sua preocupação em relação às guerras e à necessidade de instituição de alguma forma de governo de âmbito internacional que a proibisse. Ainda que concordasse com alguns princípios da democracia, Kant tinha certos temores em relação a ela, pois presenciou de perto o Período do Terror francês e a falta de confiança que os próprios cidadãos deste país tinham em relação à organização política que havia “libertado” a população que antes estava sob o comando da monarquia absolutista. Para tratarmos sobre esse assunto, faz-se necessário que se considere a classificação kantiana a respeito de quantas pessoas exercem o poder em um Estado, a saber, a autocracia, onde somente uma pessoa governa, a aristocracia, onde um certo número de pessoas governa, e, por fim, a democracia, onde em teoria todos os cidadãos participam de forma igual nas decisões a serem tomadas, ainda que seja através de seus representantes. Outra distinção a ser feita é acerca do modo de governar o Estado, chamado *forma regiminis*, que indica seu meio de atuação. São duas as formas possíveis: a despótica, em que o Estado executa as leis criadas por ele mesmo e a vontade pública é eclipsada pela vontade particular; e a republicana, que através da

constituição mais bem definida, tem, de acordo com Kant, o poder de representar melhor a vontade de um povo.

À *Paz Perpétua* foi redigido no mesmo ano em que a França firmou os três tratados de paz, conhecidos como Paz de Basileia, com a Prússia, a Espanha e Hesse-Kassel. O interesse de Kant pelo assunto pode ser explicado pelo dever filosófico que o impelia a transformar a razão em tema acessível ao público geral, além de ampliar o conhecimento sobre os temas do Direito Civil, do chamado Direito de Gentes (que indica a relação entre os Estados) e, por fim, sobre o conceito de Direito Cosmopolita, que tinha como objetivo transformar os indivíduos em cidadãos de um Estado Universal de homens. A principal crítica aos tratados de paz realizados até então era que estes fingiam buscar um ideal mais profundo, porém sempre com a tentativa de esconder informações que permitissem o recomeço da guerra, findado o período de recuperação dos Estados, já exauridos pelo enfrentamento. Com este fim, o próprio texto de Kant é escrito no formato de tratado diplomático - com a presença de artigos preliminares e definitivos - e não em formato de texto padrão - com capítulos -, na intenção de superar os anteriores. O intuito era demonstrar que levar os conflitos a cabo acabaria por resultar no que Kant chama de guerra de extermínio (*Ausrottungskrieg*). A estrutura do texto compreende seis artigos preliminares, que possuem caráter proibitivo sobre o que os Estados não podem executar para que a paz seja alcançada, enquanto os três artigos definitivos são normas positivas com a intenção de dispor quais são as medidas que levariam a alcançar o proposto. Vale mencionar que o conceito kantiano de paz perpétua não se refere apenas ao fim dos conflitos existentes, e sim ao fim de qualquer possível conflito armado futuro, no que se explica o sarcasmo de Kant com a analogia do cemitério como sendo a única paz perpétua a ser alcançada pelos políticos que executam uma política fictícia, colocando a guerra como um meio para atingir seus objetivos.

À *Paz Perpétua* também se caracteriza por uma forte crítica à doutrina da guerra justa, elaborada pelos escolásticos, pois ainda que se considere a guerra como sendo inerente às relações humanas na transição do Estado de Natureza para o Estado de Direito, para Kant, ainda que em tom desesperançoso, a

preparação para uma possível guerra justa, bem como a preparação de recursos para financiá-la, nada mais é do que estabelecer a própria guerra em si como objetivo, tornando inúteis quaisquer argumentos que tentem impedi-la. Essa teoria ainda serviria de fundamento para uma estrutura para julgamento de ações e permitiria com que indivíduos que pensam da mesma forma corroborassem suas próprias maneiras de pensar, deixando para os outros apenas os papéis de espectadores. Portanto, o intuito é promover o debate entre filósofos e cidadãos, para alcançar uma política que seja minimamente justa, impedindo que líderes de Estado direcionem recursos humanos e econômicos para situações em que todos sairiam em desvantagem, em lugar de direcioná-los para o desenvolvimento da humanidade, assumindo que a discussão pública sobre o assunto certamente resultaria no entendimento dos males da guerra. Aqui voltamos ao ponto de que, em *A metafísica dos costumes*, Kant apresenta uma formulação divergente sobre situações que realmente requereriam a guerra como uma possível solução, mas permanece irreduzível no posicionamento de que, ainda que algumas guerras sejam mais justificáveis que outras, o uso da força na política internacional não é recomendado nem do ponto de vista legal nem do moral (WILLIAMS, 2012).

Era com certa tristeza e melancolia que os filósofos do começo da era moderna, anteriores, portanto, ao texto kantiano, discutiam o direito internacional, na medida em que buscavam argumentos que justificassem a guerra. Ainda que a realidade direta enfrentada pelos cidadãos de classes mais baixas fosse a de contrariedade em relação ao fato de os soberanos usarem seus cidadãos e recursos para fins bélicos, sua força política não era o suficiente para convencê-los do contrário. É justamente nesse sentido que Kant insiste em não considerar a existência da guerra como fato dado e sim como algo que com muito esforço pode ser mudado, não deixando a razão se tornar nublada pela falta de verdade no entendimento do assunto. O resultado é uma visão menos agressiva da humanidade como um todo, o que permite deixar de vê-la como um conjunto de indivíduos que estejam para sempre destinados a possuir conflitos armados e dá a chance de resolvê-los de forma diplomática e conjunta.

Retornando aos artigos preliminares, o primeiro deles estabelece que os tratados de paz não podem conter o intuito de ser apenas um armistício, ou seja, de ser somente um descanso entre dois períodos de guerra, em razão da escassez de recursos e da necessidade de reorganização, uma vez que a intenção de guerra posterior pode impedir a paz buscada. No segundo artigo, Kant argumenta que nenhum Estado independente pode ser adquirido por outro. De acordo com o autor, um Estado não é patrimônio para ser doado, comprado, herdado, ou ainda funcionar como meio de troca. Qualquer um destes atos faria com que o Estado passasse a ser coisa e não uma sociedade de homens. Já o terceiro artigo dispõe sobre a extinção dos exércitos permanentes por parte dos Estados, pois a preocupação e a alocação de recursos para uma guerra futura só teriam como objetivo a própria guerra, além de colocar os indivíduos na posição de instrumentos nas mãos do Estado. Só seriam permitidas práticas militares voluntárias que tivessem como objetivo a proteção contra ataques externos. Kant ainda considera que a formação de um tesouro poderia ser encarada por outros Estados como um meio de financiar a guerra, e ainda que o dinheiro é o meio mais eficiente para este fim, superando o poder militar e de alianças, pois mesmo um país sem efetivo poderia simplesmente contratar um exército que lhe conviesse.

O quarto artigo trata da emissão de dívida pública para financiar soluções de questões internas dos Estados, pois a convergência do poder nas mãos de poucos Estados faria com que tais potências desequilibrassem as relações do Direito de Gentes, controlando os níveis de preços - situação análoga à criação de moeda contábil por parte das instituições financeiras contemporâneas e que resultam na concentração de poder nas mãos de poucos bancos e outras instituições. Além disso, Estados que falissem economicamente por meio da dívida fariam com que outros Estados que não estivessem diretamente relacionados com o conflito fossem prejudicados sem tomarem partido. Seguindo o mesmo raciocínio de não intervenção nas questões internas dos outros países, o quinto artigo indica que a força seria uma das medidas mais questionáveis para se utilizar nestas situações e implicaria em violação direta dos direitos dos demais povos, ferindo sua autonomia. Por fim, o sexto artigo preliminar dita que as ações da guerra, de forma similar aos

resultados das Convenções de Genebra sobre crimes de guerra, não podem resultar em situações que impeçam um futuro tratado de paz. Por exemplo, a contratação de assassinos, as traições, os envenenamentos e as quebras de acordos feitas por parte dos Estados, funcionando como uma amostra do que hoje seriam as leis internacionais relativas ao Direito Humanitário Internacional. Destes seis artigos preliminares, entende-se que os artigos 1,5 e 6 são irredutíveis, enquanto os artigos 2,3 e 4 possuem caráter mais subjetivo e podem variar minimamente de acordo com o contexto, ainda que o ideal fosse alcançá-los de forma conjunta.

Na seção segunda dos artigos definitivos, Kant defende que o Estado natural é melhor representado pela guerra, cabendo ao esforço coletivo alcançar o estado de paz. Nesta seção, o autor se concentra na diferença entre o Direito Político, o Direito de Gentes e o Direito Cosmopolita. No primeiro artigo, a república aparece como sendo a única forma de governo que permitiria a liberdade entre os membros da sociedade, pelo fato de todos estarem sob a mesma legislação, permitindo assim uma igualdade não alcançada por meio do despotismo, uma vez que neste modelo o chefe de Estado não é o membro e sim, proprietário da sociedade. A principal proposição do segundo artigo é que o Direito de Gentes, enquanto relação entre os Estados, teria como objetivo alcançar uma Federação de Estados livres. A defesa do republicanismo no primeiro artigo está baseada na necessidade de aprovação dos cidadãos para que uma possível guerra ocorra e no fato de esta situação ser vista como onerosa para todos, o que aponta para uma solução diplomática. Sobre o objetivo final, faltaria esclarecer se o que Kant chama de Liga de Estados seria um objetivo intermediário para alcançar a Federação de Estados livres ou se esse já seria o objetivo final. Há ainda a discussão sobre se o processo de transformação que é análogo à saída do Estado de natureza exigiria a utilização de poderes coercitivos por parte de alguns membros participantes, mas é igualmente claro que o ato de se juntar a esta Liga teria que ser voluntário, de modo que o incentivo à participação seja lógico e não coercitivo. A analogia da passagem do Estado de natureza para a organização em sociedade ainda permite a dúvida se a transformação em uma federação ou liga faria com que os próprios Estados já

formados se perdessem no meio do processo. Ou se a atuação através de poderes coercitivos para livrar um Estado das mãos de um tirano faria com que estes indivíduos tivessem vontade de se juntar ao Estado dos Estados.

Este último ponto é inclusive utilizado como crítica às ideias de Kant por ferir a autonomia dos indivíduos. Seria como abandonar uma forma de governo e se juntar à outra sem que a escolha e a vontade dos sujeitos fossem consideradas, com o agravante de que, diferentemente do que se passa no Estado de natureza, os indivíduos já teriam o conhecimento do Direito Público. Porém, ainda que Kant considere que um movimento que levasse todos os Estados a adotarem simultaneamente a república como forma de governo seja quase impossível, se os países centrais se reunissem e demonstrassem viver com o objetivo antibelicista, os benefícios da ausência de conflitos ficariam evidentes para os demais, levando-os a se juntarem à Liga de Estados. Kant ainda demonstra temor pela forma de reunião dos países sob o regime denominado monarquia universal, sendo absorvidos por um único Estado hegemônico de maneira coercitiva, o que seria exatamente o contrário da junção voluntária, que preservaria os direitos e liberdades de seus cidadãos.

Finalmente, o último dos artigos definitivos trata sobre o Direito Cosmopolita, que funciona como o terceiro tipo de Direito Público, e dita as regras das interações dos Estados com os estrangeiros, quer sejam representantes destes Estados estrangeiros ou migrantes. Restrições ao Direito Público aparecem como restrições à liberdade do indivíduo. É nesse sentido que ficam permitidas as migrações e relações comerciais e são estabelecidas as regras para os assentamentos coloniais, transformando os indivíduos em “cidadãos de um Estado Universal da Humanidade”. Deve-se tomar o cuidado de não confundir o Direito Cosmopolita com uma suposta obrigação dos Estados de aceitar qualquer pedido que lhes fosse feito. Kant argumenta que o direito de hospitalidade significa que o indivíduo pode tentar garantir a entrada em outro país, ficando vedado aos Estados que neguem o acesso através da violência, mas podem negá-lo por outros motivos. Kant também critica as relações dos europeus com não europeus, pois não houve distinção entre visita e conquista dos territórios dos outros continentes, argumentando da seguinte forma,

“produz espanto a injustiça que colocam de manifesto na visita a países e povos estrangeiros (para eles, significa o mesmo que conquistá-los” (KANT, 2006 p. 80). Para Kant, portanto, era necessário que todos os humanos se valessem de certos direitos humanos imprescindíveis, independentemente de sua localização geográfica.

O fundamento do Direito Cosmopolita é de que inicialmente os indivíduos viviam organizados a partir da posse comum da superfície da terra, sendo chamados de comunidade original da superfície da terra em *A Metafísica dos Costumes*, e uma vez que passa a vigorar a propriedade privada, os indivíduos devem ter liberdade de entrar em contato com outros Estados para que se permita o estabelecimento de relações amigáveis, pois negá-la seria negar a própria existência. Na última parte que antecede os suplementos primeiro e segundo, Kant defende a ideia de que a paz em questão só pode ser alcançada se as três áreas do Direito Público presentes nos artigos definitivos forem articuladas e as três condições positivas atendidas. A crítica kantiana aos empiristas consiste no fato de que a formulação dos ideais normativos deve ocorrer considerando a parte do conhecimento que se dá *a priori*. Kant fundamenta seus ideais na razão pura, mas isso não os impede de serem alcançáveis, desde que a paz seja alcançada por meio das leis e do desenvolvimento moral do conjunto.

De todo modo, Kant entende que os objetivos de desenvolvimento das predisposições humanas e de uma constituição dos Estados que não possua erros, requisitos para a formação da Federação dos Estados, bem como a confiança mútua dos diversos Estados na formação de um estado de paz, são difíceis de serem alcançados. O fato de as decisões ocorrerem por poder e não por direito faz com que se dificulte ainda mais a busca por resultados reais. Para Kant, a solução dos problemas interestatais e de âmbito interno aos Estados devem ocorrer de forma simultânea. A garantia dos direitos se daria pelo tratamento de igualdade e independência em conjunto com a discussão da política internacional. A isso se soma o argumento de Kant de que não cabe aos filósofos buscarem serem ouvidos pelos governantes, mas são os governantes que devem entender que as pesquisas

não enviesadas poderiam trazer alternativas que não ocorreriam aos indivíduos com visão turvada por seus interesses.

Segundo Gottfried Wilhelm Leibniz, uma expansão das ciências resultaria na diversificação dos Estados, tornando-os mais cosmopolitas, além dos efeitos no desenvolvimento do conhecimento e da virtude, ideais tão caros aos filósofos do período. Se a busca por recursos e a facilidade de estabelecimento de relações comerciais fossem definidas como objetivos intermediários, talvez os Estados se dispusessem a entrar em algum consenso, ainda que a mera ordenação dos países sob um conjunto de leis propostas não signifique o aperfeiçoamento da sociedade (PIM *apud* KANT, 2006 p.19).

2 A DEFESA DA REGULAÇÃO DOS MERCADOS NO ENTREGUERRAS

Como forma de delimitar o objeto que será tratado ao longo de todo o livro, Karl Polanyi começa sua obra *A Grande Transformação* identificando as quatro instituições que fundamentaram a civilização do século XIX, e como estas se deterioraram. Dentre essas instituições estão o equilíbrio de poder entre as grandes nações, que possui característica política e internacional; o padrão-ouro, sendo este de âmbito econômico e internacional; o mercado autorregulado, sendo nacional e econômico; e o Estado liberal, nacional e político. Dentre tais instituições, é o padrão-ouro a mais importante, uma vez que sua desestruturação foi a última, e as outras três se desestruturaram tentando salvá-la. Porém, no que se refere a definição de instituições, o texto foca no mercado autorregulado, ou seja, a economia de mercado, que era considerada pelo autor como sendo uma utopia, uma vez que, se fosse bem-sucedido, envolveria “nada menos que uma transformação da substância natural e humana da sociedade em mercadorias” (POLANYI, 1944, p. 97). Dessa forma, ao passar pelos mais diversos aspectos da sociedade, vale notar que a dúvida principal continua sendo se o objetivo naquele momento era proteger o tecido social, e assim prejudicar a economia por meio da intervenção, contrariando as ideias liberais, ou manter os princípios de não intervenção, deixando de ser capaz de salvar certos aspectos da sociedade.

O que ocorre, portanto, é a tentativa de mostrar como simplificar os diversos aspectos da sociedade e tentar encaixá-la sob a instituição do mercado autorregulado foi responsável por uma enorme transformação social, pois a partir desse momento, o que observa é a prevalência da economia sobre a sociedade na tomada de decisões. A sociedade do século XIX foi singular em relação a esse ponto, pois tal inversão de valores e centralização em um mecanismo institucional nunca havia ocorrido. Funcionaria analogamente como uma barragem que represaria todos os problemas e que, de um momento para o outro, romperia levando consigo todas as instituições tradicionais que sustentavam a civilização, através de guerras entre Estados, desmantelamento social, crises econômicas,

deprecação do meio ambiente, dentre outros fatores. O sistema de equilíbrio de poder se mostrou completamente incapaz de manter a paz durante o colapso econômico, pois a própria sociedade se apoiava no funcionamento da economia para sustentar as nações.

Na análise da Paz dos Cem Anos, que antecede a primeira guerra mundial, Polanyi aponta que o período em que as guerras se sucederam nos séculos XVII e XVIII foram muito maiores - 77 anos -, porém a maior diferença é que a guerra era efetuada entre os principais Estados, característica que difere bastante dos conflitos pós instauração das instituições citadas, em que a guerra se tornava prejudicial para o comércio. Durante o século XIX, o período que as grandes nações guerreiam entre si é de apenas 18 meses. Como é destacado no próprio texto, isso não se deve à ausência de motivos que antes teriam levado a um conflito armado, mas a mudanças internas e externas de âmbito social e econômico. Isso também não impediu que diversas nações enfrentassem conflitos internos, tanto por motivos políticos quanto em relação às condições de trabalho, às leis que interferiam na propriedade da terra, às condições das indústrias que desincentivavam investimentos etc. Mas ainda assim, os conflitos que prevaleciam eram sempre localizados, ou de uma grande nação contra uma colônia ou similares, tendo somente um número limitado de cenários possíveis, e nenhum destes influenciaria nos mercados internos e externos. O próprio conceito do equilíbrio de poder se refere a esta forma de sufocar um possível conflito por motivos de crescimentos de um terceiro, através da junção da força de dois ou mais Estados que seriam prejudicados. Portanto, a paz foi preservada na maior parte do século, ainda que os motivos e ideologias tenham mudado de forma radical durante o período.

Independentemente de qual motivo tenha garantido a paz, a eficiência da não execução de conflitos bélicos é o que garante a também eficiência do comércio, pois a guerra quase perene, onde se trocavam apenas os aliados em função dos interesses impediria o transporte de produtos pelas fronteiras e a liberdade de transações e parcerias. Ainda assim, o século XIX é quando, pela primeira vez, o equilíbrio de poder ocorre através da paz, pois agora a busca por esta era ativa, e não supérflua. O próprio conceito de guerra justa era cada vez menos utilizado e

aceito e o poder de uma nação poderia ser medido por outros meios que não o militar. Ao contrário do que Jean-Jacques Rousseau defendia, agora a paz não era antônima da liberdade do indivíduo, pelo contrário, garantia a liberdade de comércio, este sendo o maior interesse do século.

Sabemos que uma mudança tão radical não poderia surgir por um único motivo, ter um único aspecto, ou se mostrar de uma hora para a outra. Portanto, junto ao motivo mais expressivo da época, a revolução industrial, se soma também a criação da Santa Aliança, após a derrota de Napoleão Bonaparte no ano de 1815. Essa coalizão entre a Áustria, Rússia e Prússia demonstrava o forte interesse em manter a paz e tinha poder de coerção o suficiente para dismantelar qualquer conflito que estivesse surgindo, sendo um componente de elevada importância do equilíbrio de poder. Outro componente era o Concerto da Europa, que incluía estas três nações, além da Grã-Bretanha, tendo sido criado pelo mesmo motivo, indicando o equilíbrio de poder, e posteriormente permitindo que a França se juntasse neste agrupamento de Estados. Nações menores eram controladas em sua quase totalidade, e mesmo os conflitos que não envolvessem os membros do Concerto, mas que afetassem o comércio e o próprio status quo eram impedidos. Tem-se aqui que tais decisões atuavam diretamente na liberdade destes povos, ignorando suas reivindicações, mas ainda assim, na soma, a paz foi mantida de forma ativa pelos cem anos.

Pela perspectiva do autor, a manutenção da paz só foi possível porque o poder conjunto da aliança permitia atuar nas situações internas das nações de menor porte, resolvendo o conflito enquanto este ainda estava por se formar. Segundo Polanyi, “depois que o equilíbrio ganha impulso, só a força é capaz de corrigi-lo” (POLANYI, 1944, p.58) Para o autor, a percepção de tentar prevenir a guerra tem que ser acompanhada do entendimento das características dos governantes do continente, como o direito divino que era atribuído aos monarcas, e a possibilidade de usar a força a qualquer momento que um conflito ameaçasse sair de controle. Ainda assim a instituição trazida como sendo o diferencial para a busca pela paz é a *haute finance*, que foi extremamente eficiente em demonstrar como a ausência de conflitos seria do interesse de todos, ainda que os resultados não

fossem captados imediatamente. A banca internacional do século XIX, ou *haute finance*, foi a instituição responsável por consolidar a busca pelo lucro como sendo a maior motivação da sociedade deste período. Se ela mandava nos governos ou se era o contrário o que ocorria, a resposta não é clara, porém fato é que ela trouxe a junção da organização política e econômica, e ainda assim era independente das nações.

O fato de poder agir de forma diferente do modo como o Concerto agiria, além da ausência de obrigação de prestação de contas aos bancos centrais, mas que ainda assim, para seu próprio benefício, exigia que certas ações fossem executadas, significa que o interesse de manter uma relação estreita fosse cada vez mais forte com o passar dos anos. Funcionava também junto aos seus principais tomadores de crédito, que eram os investidores, donos das indústrias, ou seja, mediava uma relação entre a sociedade industrial e o governo. Os conflitos não deixaram de existir, e a guerra entre pequenas nações, ou de uma grande nação contra uma pequena, continuaram ocorrendo, inclusive com o apoio e financiamento da *haute finance*, quando não ameaçavam o funcionamento do sistema. Qualquer conflito que ameaçasse prejudicar a estabilidade monetária era imediatamente desfeito, isso só ocorre pela primeira vez na história pelo fato de os interesses econômicos tenderem a superar os sociais. E ainda na falta de conflitos, a *haute finance* servia como principal fornecedora de recursos para os próprios serviços públicos, investimentos, dentre outros gastos.

Por este motivo, não é de se estranhar que os governos também tivessem interesse em fazer dos banqueiros seus aliados, uma vez que isto lhes conferia poder para realizar suas empreitadas, tornando cada vez menos distinguível a diferença entre o poder político e econômico, e trazendo o entendimento de que a nação de maior poder nacional era a de maior poder econômico. Ainda que a prevalência do comércio na sociedade estivesse mudando as regras da guerra para que as transações chamadas neutras continuassem sendo feitas ainda que duas ou mais nações estivessem em conflito, a criação de novos laços ou estreitamento dos existentes ocorria em maior volume em tempos de paz. Ademais, investimentos de

longo prazo poderiam ter seus retornos postos em risco dependendo das reações das nações em guerra.

Uma mudança percebida pelos próprios cidadãos do continente europeu é que os países onde mais se investia eram também os que mais aceitavam mediação pelas finanças para resolução de problemas, além de terem o maior interesse genuíno pela paz, sem tentar fazer dos tratados de paz somente um armistício para recuperação, conforme o argumento de Kant, em *À Paz Perpetua*. Segundo Polanyi, o “crédito do bom comportamento” passa a diferenciar o sucesso orçamentário das nações, bem como sua capacidade de pagamento de financiamentos anteriores e a criação de políticas que favoreçam os interesses da rede monetária internacional. Deve-se lembrar que, com o distanciamento geográfico significando cada vez menos e a interligação cada vez maior dos mercados, era necessário também que as fronteiras tivessem menos rigidez em relação ao comércio, ainda que nos outros quesitos sociais elas pudessem permanecer as mesmas, preservando os costumes da civilização originária, se assim pretendessem. Esta primeira análise permite observar por outro ângulo o período de surgimento e disseminação do capitalismo, pois efetivamente ocorreram diversas guerras coloniais, o processo expansionista foi bastante violento e responsável pela destruição de inúmeras culturas, mas ainda assim, no sentido da guerra generalizada entre as nações europeias, talvez tenha sido o responsável por evitá-la. O principal fator apontado para que isso tenha acontecido era que o financiamento de indústrias ocorria em todos os setores, impedindo que grupos tomassem decisões unilaterais, funcionando de forma análoga ao equilíbrio de poder. O desenvolvimento da civilização industrial só poderia ser possível se o fornecimento de matérias-primas acontecesse de forma suficiente. Por conseguinte, a organização política que buscava a paz só o fazia para que a economia continuasse funcionando, uma vez que seus orçamentos passaram a ser cada vez mais entrelaçados, e para aproximar cada vez mais a sociedade da existência de preços mundiais das mercadorias. É na década de 1890 que os impactos da utilização de medidas protecionistas fazem com que a *haute finance* perca sua força, o mesmo ocorre com o equilíbrio de poder, e

consequentemente, do interesse pela paz. Tudo isso só ocorre pois, de acordo com Polanyi, a própria economia de mercado já estava por acabar.

Após esse período, em um momento tão conturbado quanto o que sucedeu a Primeira Guerra Mundial e a dissolução do sistema econômico, a tentativa de voltar ao *status quo* anterior foi completamente em vão. A própria solução encontrada de desarmamento das nações suplantadas, faz com que o retorno ao equilíbrio de poder anterior à guerra seja impossível. A motivação trazida por Genebra continuava sendo “estabelecer uma ordem internacional dotada de uma força organizada que transcendesse a soberania nacional” (POLANYI, 1944, p. 73). Os Estados Unidos neste momento já se mostravam num nível completamente diferente, do ponto de vista econômico, uma vez que foram os responsáveis por financiar a reconstrução da Europa, bem como por suprir a demanda dos países menos desenvolvidos, que antes eram atendidas pelos países do continente europeu. Uma outra oportunidade aproveitada é o grande número de desempregados que existia no país devido à crise do capitalismo financeiro e que agora serviam para ocupar as produções que forneciam produtos para os países europeus. É também por esse motivo que os esforços em relação à economia foram mais bem sucedidos que os esforços políticos. O cenário internacional completamente mudado foi o suficiente para fazer com que diversas crises internas ocorressem na Europa, acarretando a destruição de diversas moedas, gerando não só a fuga de capital desses países, como a quebra de investidores institucionais e por conseguinte da classe média.

Com o fim do padrão-ouro em 1933, sendo essa a última das quatro instituições que baseavam a organização mundial até então, as tomadas de decisão dos países tenderam a se voltar ao comércio exterior e à atividade bancária de modo a desenvolver as inovações financeiras que permitiriam uma retomada do crescimento. De toda forma, tais medidas relacionadas ao comércio por vezes serviam para restringir as ligações com outros países, para que uma reestruturação do sistema, sem o padrão-ouro fosse plausível. Neste meio tempo, as instituições que eram responsáveis por manter o interesse pela paz não conseguiram sobreviver à crise e as discussões sobre este assunto não se fizeram mais presentes no direito

internacional. A produção baseada no mercado autorregulado foi completamente substituída no novo cenário, com a introdução do *New Deal*, nos Estados Unidos, em resposta à Grande Depressão; de movimentos socialistas, em países europeus; e do surgimento de ditaduras em alguns países menos desenvolvidos. Os conflitos armados que se seguiram desafiavam a liberdade da sociedade e eram primariamente feitas por causa de ideias, como eram os casos do fascismo e do socialismo. Polanyi também destaca que as instituições que foram destruídas, ou seja, o equilíbrio de poder, o padrão-ouro e o Estado liberal eram todos moldados em torno do mercado autorregulado.

Avaliando seu surgimento, este ocorre primeiramente na Inglaterra e somente então em todos os principais países da Europa ocidental, influenciando todo o padrão de comportamento. Polanyi afirma que “O século XIX, nunca é demais enfatizar, foi o século da Inglaterra. A Revolução Industrial foi um acontecimento inglês. A economia de mercado, o livre-comércio e o padrão-ouro foram invenções inglesas.” (POLANYI, 1944 p. 83). Na segunda parte de sua obra, sobre a ascensão e queda da economia de mercado, o foco é descobrir qual seria “moinho satânico” que “triturou os homens, transformando-os em massas?” (POLANYI, 1944 p. 87). A pergunta mais importante aqui seria a profundidade da influência das condições materiais, pois, de acordo com o autor, conhecimentos já obtidos pela humanidade de modo geral, como a ciência política e a arte, foram deixados de lado e substituídos por um “utilitarismo tosco”, colocando como meta o crescimento cego a qualquer custo e o aumento da produção. Em uma conclusão ainda a ser observada, o autor sugere que a busca incessante apenas por melhorias econômicas acabaria por resultar em uma desestruturação social.

Ainda que houvesse esforços para manter as tradições e evitar a preponderância dos interesses privados, conforme ressalta o autor, o resultado é uma diminuição na velocidade das transformações, não sendo capaz de evitá-las completamente. As preocupações maiores são em relação às pessoas em piores condições econômicas e às que ficaram desempregadas em função das mudanças, ou seja, se elas conseguiriam manter sua integridade moral e humana. Observa-se aqui que durante a revolução industrial, os estudiosos e acadêmicos se referiam às

condições sociais “como um verdadeiro abismo da degradação humana” (POLANYI, 1944 p.94). Muito se supôs sobre as causas dessa perda de identidade, como a lei dos salários e lei da população, mas ainda assim o verdadeiro fundamento só foi encontrado tempos depois. A resposta para essa questão, de acordo com o autor, se encontra na desestruturação social e no novo mecanismo institucional imposto para a sociedade, a qual passou a ter características profundamente materialistas, que encontraria nesses bens a resposta para todos os seus problemas. A influência da ascensão das cidades fabris e das longas jornadas de trabalho, dos baixos salários e do crescimento populacional inédito foram apenas complementos para a verdadeira mudança de conjuntura e do estabelecimento da economia de mercado. Um dos aspectos que permitiu a formação deste novo tipo de economia foi a produção em larga escala, uma vez que as máquinas complexas eram muito caras. O investimento só ocorria se os insumos, trabalhadores e qualquer outro fator estivessem à venda, coisa que não ocorria na sociedade agrícola.

Por definição, uma economia de mercado é um sistema de mercados autorregulados. Foi a primeira vez na história que um sistema assim ocorreu, ainda que todas as sociedades tivessem alguma forma de economia, dada a propensão humana para negociar, sendo o diferencial apenas a influência do sistema industrial e o controle efetuado pelos mercados. Polanyi também destaca a falta de cuidado que os estudiosos de sua época tinham em considerar que todas as sociedades anteriores eram apenas um prelúdio da verdadeira história da civilização, sendo necessário entender melhor as distinções das influências trazidas pela diversidade da bagagem histórica. Acrescenta ainda que, do ponto de vista da economia, as distinções podem ser exageradas e compara o feudalismo ao império romano neste quesito, alegando que as verdadeiras diferenças ocorreram nos campos político, intelectual e espiritual, pois “a economia humana, em regra, está enraizada em suas relações sociais” (POLANYI, 1944 p. 102), sendo mais importante garantir a manutenção de sua posição social do que a posse de seus bens. Além disso, até então revelava-se mais importante agir em função da comunidade do que em virtude de seus próprios interesses, sendo atos egoístas um desrespeito ao código de

honra e a generosidade, que, por sua vez, eram bastante valorizadas e recompensadas. Ademais, temos o conceito da redistribuição, que geralmente ocorria com os bens sendo entregues a uma figura central, que os armazena até que seja necessária a distribuição e, uma vez que nenhuma acumulação pessoal de bens é feita, nenhum desses conceitos indica a propensão a negociar, ainda que seja uma forma de comércio e possa estar acompanhada de uma forma complexa de divisão do trabalho. Logo, a conclusão é que tanto a motivação do lucro quanto o fator monetário foram responsáveis por mudanças completas no sistema produtivo, mudando a relação entre a produção para uso e para venda, fazendo com que a motivação econômica divergisse em relação as outras relações sociais.

A grande diferença está em “transformar a sociedade em um anexo do mercado” (POLANYI, 1944 p.116), ou seja, inverter a importância das relações sociais com a economia. Molda-se a sociedade para que o sistema seja autossuficiente. Até então imaginava-se que tanta força e poder eram apenas uma consequência natural, porém, colocados desta forma, os mercados funcionariam fora da economia, sendo um tipo de instituição inédita. Neste ponto cabe a diferenciação de comércio local, de produtos perecíveis e para consumo dos próprios locais, e o chamado comércio interno, pois este representa um comércio nacional, de natureza competitiva. Conforme indicado, os comércios locais representavam de forma mais expressiva a presença de cidades importantes do que propriamente de nações. De fato, o que ocorre na história é a tentativa da sociedade de proteger a organização da economia da época em relação aos mercados, mantendo a tradição de mercados locais, de fornecimento de mantimentos básicos, comuns desde a antiguidade. A própria existência dos mercados internos exigia intervenção ativa do Estado. Historicamente, a regulamentação e o mercado cresceram de forma paralela até a ruptura da economia de mercado e seu controle através dos preços. No mundo pós mercantilismo, toda a produção passou a se destinar ao mercado, criando uma relação tal que trabalho, terra e dinheiro gerassem cada um sua própria renda e tivessem seu próprio mercado. Desta forma, o juro é o preço pelo uso do dinheiro; a renda provém do uso da terra e o salário é o preço do trabalho. Retiram-se, então,

a terra e o trabalho da organização social, imprimindo novas motivações e excluindo-se as salvaguardas desses elementos de produção. O livre-mercado do trabalho surge na última década do século XVIII e indica, acima de tudo, uma “separação institucional da sociedade numa esfera econômica e numa esfera política” (POLANYI, 1944, p.132).

A frase mais conhecida do livro - “a economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado” (POLANYI, 1944 p. 133) - indica justamente a necessidade de contemplar todos os elementos da indústria, porém, o trabalho não pode ser separado de seu portador, não se consegue utilizá-lo da mesma forma como se utiliza um bem de capital, em um horário específico. O problema é o mesmo em relação à terra e ao dinheiro e a tentativa de fazer com que tal estrutura fosse desfeita repentinamente é quase tão prejudicial para a sociedade quanto as tentativas de se contrapor à autorregulação e de retirá-los do mercado, feitos após o fim do mercado autorregulado. O mais importante seria, portanto, a velocidade da mudança e a falta de preparação da sociedade para recebê-la.

Tendo em vista que o mercado de trabalho foi o último a ser organizado, Polanyi avalia que “No fim, o livre mercado de trabalho, a despeito dos métodos desumanos usados em sua criação, revelou-se financeiramente benéfico para todas as pessoas envolvidas” (POLANYI, 1944 p. 139). Nesse aspecto, a Lei de *Speenhamland* (1795) servia para complementar a renda mínima de todos os salários, assegurando o chamado “direito à vida” para a população mais pobre, porém sua criação impediu a formação de um mercado de trabalho competitivo. Tal sistema foi amplamente contestado pelo sistema salarial, pois o auxílio das verbas públicas fazia com que os salários fossem muito baixos, já que o Estado garantiria que chegaria aos patamares acordados. O que faltava ao entendimento da época é a compreensão de que o sistema econômico não se tornaria integralmente capitalista enquanto o mercado de trabalho não existisse, uma vez que o homem não era obrigado a vender sua força de trabalho. As mudanças do ponto de vista social foram enormes. Com o fim da lei, o trabalhador não mais contava com o apoio da sociedade. Tais perigos, de natureza inédita, exigiam que os governos se preocupassem em proteger seus cidadãos e para que tais medidas ocorressem, era

inevitável que entrassem em embate direto com a autorregulação do sistema. Com a autorregulação, julgava-se que o progresso de longo prazo seria capaz de “curar” todos os traumas enfrentados pelas mudanças na organização social, obrigando os indivíduos a se sujeitarem às leis econômicas, ainda que estas fossem responsáveis por todos os seus problemas.

De acordo com o julgamento dos aristocratas ingleses, pobre era toda a pessoa que não gerava renda o suficiente para não precisar mais trabalhar. Como o número de pessoas que se enquadravam nessa categoria era elevada, era necessário que houvesse regulação e a obrigatoriedade do trabalho, em relação a sua paróquia, que era uma subdivisão administrativa de menor porte. Portanto, os trabalhadores não podiam se mudar para outras localidades, ainda que dispusessem de emprego no local de destino. Adam Smith critica essa lei, pois segundo ele, a limitação impedia a mão de obra de ser empregada pelos capitalistas nas fábricas. No ano de 1795, essa lei é abolida, episódio de importância crucial para o estabelecimento do mercado de trabalho em escala nacional.

As mudanças que levaram à formação de uma economia planetária também foram responsáveis pelo aumento do pauperismo e de uma forma de desemprego chamado invisível. Ele se deve ao fato de que os números do comércio variavam de forma expressiva, de modo que as altas faziam com que a quantidade de emprego aumente, mas as flutuações negativas eram responsáveis por uma taxa de desemprego ainda maior. O movimento dos trabalhadores rurais para a cidade e a transformação desses em operários têm uma peculiaridade, pois as cidades industriais não possuíam uma classe média formada, chamadas até mesmo de “desertos culturais”, devido a sua deficiência em relação a um período de transição. A incongruência desse momento é resultado da Lei de Speenhamland, pois quando os novos habitantes mais precisavam de uma inserção em seu meio, a lei ia no sentido contrário, “recompensando a fuga do trabalho”, apagando a diferença entre trabalhadores e indigentes. Foi com o surgimento da classe média da Inglaterra que a revogação da lei ocorreu. Portanto, retiraram-se as assistências de moradia e de salário e concedeu-se ao Estado o poder de administrar os benefícios. A partir deste ponto, o capitalismo industrial começa de fato, na década de 1834, porém com a

desvantagem da mudança de paradigmas, onde “as leis exigiam que a compaixão fosse retirada dos corações, substituída por uma determinação estoica de renúncia à solidariedade humana em nome da máxima felicidade da maioria” (POLANYI, 1944, p.170).

O que se percebia nos pensamentos correntes do século XIX, então, era que não passava de um fato aceito que alguma miséria era necessária para que o progresso fosse possível e que, se assim fosse feito, traria benefícios para toda a humanidade, porém o que escapou à compreensão destes pensadores foi o quão singular era o momento vivido. Não poderíamos comparar uma época de crescimento econômico tão expressivo como se fosse contínuo. Foram criadas diversas teorias dentre os utilitaristas e outras correntes do pensamento para tentar descobrir se empregar os pobres traria benefícios para a economia, de forma a manter os comerciantes privados com seus benefícios. Porém as tentativas, na média, foram falhas ao não considerar as causas e a verdadeira natureza do pauperismo que assolava o início da economia de mercado. No que se refere à economia política, Polanyi destaca o entendimento da submissão do Estado às próprias leis da sociedade através de autores como Friedrich Hegel e David Ricardo. E através de Smith, que defendia que a sociedade continuava não sendo controlada pela economia.

Mais do que isso, a dúvida sobre a capacidade de manter o equilíbrio sem intervenção do governo, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho, à falta de fixação de salários e ao fim do “direito à vida” deixava os trabalhadores desamparados, enquanto vendiam sua força de trabalho no novo mercado. Os pobres agora recorriam ao mercado para terem seu sustento ou ficavam à mercê da fome. A ideia do lucro passa a ser a força motriz da sociedade, capaz de curar seus males; o sistema de mercado continua a ganhar força, descartando os estudos analíticos sobre a economia e suas mudanças; e os pobres continuavam abaixo do nível de subsistência. A economia de mercado atinge seu auge no início da década de 1910, compreendendo a maior parte dos Estados do mundo, e utilizando-se do mercado de trabalho e da terra como se houvessem sido feitos especificamente para a venda. O princípio do liberalismo econômico defendia os métodos do *laissez-*

faire e do livre-comércio, mas para combater os problemas da sociedade, a proteção social buscava a conservação do homem e da natureza através da legislação e de associações restritivas. É neste momento da história que os conflitos entre as classes sociais começam a pesar a balança, influenciando e utilizando-se do Estado e da indústria como forma de terem mais influência nas disputas por seus interesses. O liberalismo passa a ganhar força a partir da década de 1830 e o autor destaca que “o liberalismo evoluiu para uma verdadeira fé na salvação laica do homem através de um mercado autorregulado” (POLANYI, 1944 p.211). Em seus três dogmas clássicos, o liberalismo pregava que o mercado de trabalho, o padrão-ouro e o livre-comércio deveriam existir e funcionar simultaneamente para que o sistema de mercado funcionasse.

Para Polanyi, no entanto, o mercado autorregulado era utópico, e acabou por não alcançar o sucesso pela “autoproteção realista da sociedade”. Por um ponto de vista contrário, os liberais afirmavam que a causa da falha do mercado autorregulado eram as tentativas de intervir neste e a impaciência de esperar a concretização do sistema, ou ainda a aplicação incompleta dos princípios. Surge ainda a acusação por parte dos liberais de que na segunda metade do século XIX existia um “contramovimento persistente de obstrução do livre funcionamento dessa nova economia” (POLANYI, 1944 p.221). Para estes, ao perturbar o funcionamento do sistema competitivo, as depressões econômicas duram períodos maiores, além de prejudicarem o comércio e a confiança. Mas Polanyi defende que o contramovimento que realmente existiu buscava simplesmente restaurar os interesses sociais que foram afetados pela formação e disseminação da economia de mercado, pois até mesmo os defensores das medidas eram também defensores do *laissez-faire*. Não buscavam atacar os princípios do liberalismo, e sim ter seus interesses vitais atendidos, surgindo ao mesmo tempo em diversos países e com motivações diferentes. A conclusão a que se chega é que, por definição, o liberalismo econômico é “o princípio organizador de uma sociedade em que a indústria se baseia na instituição de um mercado autorregulado” (POLANYI, 1944, p. 219-228), logo, não é contrário à intervenção e permite que os componentes

humanos e naturais do tecido social possam ser protegidos sem maiores contradições.

Em relação ao conflito de classes, para o autor, seus interesses só explicam parte dos movimentos de longo prazo da sociedade, pois, principalmente na grande transformação apresentada por Polanyi, a própria estrutura da sociedade mudou, então, o desenvolvimento também possui outras explicações em sua totalidade que não só os interesses setoriais. As forças internas seriam responsáveis apenas pela forma como a mudança é trazida, a velocidade com que ocorre e a definição dos interesses sociais, como status profissional, segurança e garantias, estabilidade, e não necessariamente interesses econômicos. Neste sentido, Polanyi faz a comparação entre as calamidades sociais que ocorreram no contato entre povos de diferentes etnias e seu verdadeiro impacto na desintegração do meio cultural dos mais fracos, assim como a destruição de suas instituições. Logo, de forma análoga, ocorre a imposição da economia de mercado e a destruição das instituições originais, principalmente em relação ao trabalho, à terra e às instituições culturais. Uma vez que as necessidades econômicas não substituem as antigas, o vazio cultural sentido é praticamente o mesmo. Novamente, os benefícios econômicos de longo prazo são inegáveis, porém, de fato foi responsável também por uma degeneração cultural por todos os lugares por onde passou.

A economia de mercado também foi responsável por extinguir as organizações não contratuais de profissão e credo, pois de acordo com seus defensores, estas disputavam a fidelidade do indivíduo, limitando sua liberdade. Ademais, os trabalhadores agora tinham que escolher entre a fome ou vender seu trabalho no mercado, recebendo o salário que os empresários se dispusessem a pagar. Movimentos como o Owenismo tentaram resgatar a preocupação com a moradia, educação e o valor dos salários, de um ponto de vista mais social, pois de acordo com estes “A aceitação de uma esfera econômica separada implicaria o reconhecimento do princípio do ganho e do lucro como força organizadora da sociedade” (POLANYI, 1944 p. 255).

Nos demais países do continente europeu, a revolução industrial demorou mais para chegar, porém a transição foi facilitada devido a salários urbanos mais

altos e melhoria da qualidade de vida. Portanto, a mudança para a condição de operário foi considerada um salto positivo na vida do trabalhador, seguindo o caminho contrário do que havia ocorrido na Inglaterra, a qual indicava uma queda na condição social.

Em relação à terra, pelo fato de a economia de mercado exigir a subordinação das instituições aos mecanismos de mercado, a separação da terra e do homem foi extremamente necessária. Boa parte disso se deve ao fato das necessidades ilimitadas de suprimentos por parte das indústrias. Polanyi argumenta que “desvincular o homem e o solo significou dissolver o corpo econômico em seus elementos, para que cada elemento pudesse encaixar-se na parte do sistema em que fosse mais útil” (POLANYI, 1944 p. 266). O movimento se deu em escala global. Se, por um lado, os Estados da Europa conseguiam proteger seus interesses através de suas leis, as colônias que não possuíam organização política não o faziam e acabavam tendo sua estrutura social desfeita. Fora isso, o mundo agora se organizava de modo que as interrupções de ordem pública eram vistas como paralisações da economia e, portanto, eram extremamente prejudiciais para o dia a dia. No final, “As reações da classe trabalhadora e dos camponeses à economia de mercado levaram ao protecionismo, a primeira principalmente sob a forma da legislação social e das leis fabris, a segunda sob a forma de tarifas agrícolas e de leis sobre a terra.” (POLANYI, 1944 p. 276).

No âmbito do dinheiro, dada a necessidade de proteção dos mecanismos de mercado, foram criados bancos centrais com o propósito de proteger as empresas da queda acentuada dos níveis de preços. Neste ponto, cabe a introdução do conceito de moeda-mercadoria, ou seja, o uso do dinheiro enquanto mercadoria. Devido ao aumento singular da produção durante o período, o aumento da quantidade de dinheiro não foi capaz de acompanhá-lo, pois estava lastreado na quantidade de ouro disponível, conforme argumenta o autor, “a expansão da produção e do comércio, não acompanhada por um aumento da quantidade de dinheiro, está fadada a causar uma queda no nível de preços” (POLANYI, 1944 p. 282). Ainda havia o fato de que o comércio internacional agora exigia que houvesse a possibilidade de circulação de valores entre países e era justamente a este ponto

que a moeda-mercadoria fazia frente. As classes dominantes não enxergavam a utilização das funções dos bancos centrais como interferência no padrão-ouro, pois a necessidade de manter a moeda ativa era altíssima dado o aumento do volume de transações. A grande necessidade de um câmbio estável e de fornecimento de crédito também passou a ser de suma importância para as empresas, as quais eram responsáveis pelo fornecimento de emprego e da renda. O protecionismo monetário possuía conotação mais nacional do que os mercados de trabalho e de terra, pois o sistema monetário era a força econômica mais forte. Segundo Polanyi, “para fins internacionais, a moeda era a nação, e nenhuma nação podia existir, mesmo que por pouco tempo, fora do esquema internacional” (POLANYI, 1944 p. 296). Esse problema era decorrente do fato de que se não houvesse como importar matérias-primas, as indústrias viriam a falência, logo o emprego também seria grandemente prejudicado.

A organização internacional fez com que os países se dividissem entre credores e tomadores, mas em relação à economia interna, no final do século XIX e início do século XX, passaram a enfrentar problemas de desemprego e na produção. O equilíbrio necessário para o funcionamento como um todo do padrão-ouro, do governo e do equilíbrio de poder se tornava cada vez mais frágil às mudanças do comércio externo. A atuação dos bancos centrais tenta minimizar, em conjunto com as tarifas alfandegárias, os efeitos do desemprego. O equilíbrio passou a se valer cada vez mais de medidas políticas, se tornando inviável depender da autorregulação do mercado. Os trabalhadores exigiam o direito ao voto, enquanto os liberais pregavam que “a democracia popular era um perigo para o capitalismo” (POLANYI, 1944 p. 319). Durante a vigência do padrão-ouro, os bancos possuíam seus desejos atendidos em troca de manterem o crédito e o câmbio estáveis. Com o fim do sistema autorregulado, pós década de 1920, os liberais tentaram restaurá-lo, para que assim pudessem retomar o comércio mundial e manter o câmbio estável.

As medidas tomadas após o final da Primeira Guerra Mundial, como o desarmamento dos países derrotados, fizeram com que a ordem e a paz internacional, que se baseavam no equilíbrio de poder, se encontrassem em

grandes dificuldades de restauração. Os sistemas econômicos e políticos entraram em crise e, numa tentativa de retomada de controle, surgiram movimentos como o fascismo e o socialismo, que apesar de serem respostas diretas aos problemas, foi “feita à custa da extirpação de todas as instituições democráticas, tanto no domínio industrial quanto no político.” (POLANYI, 1944 p. 331). A saída da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos do padrão-ouro e a crise da bolsa de Nova York fizeram com que alguns países passassem a ir contra as instituições existentes. Neste momento, após a década de 1930, a economia de mercado sofre sua pior crise.

Por ter sido escrito em 1944, *A Grande Transformação* é um livro que aponta soluções para o futuro de sua época, do ponto de vista do autor, vivendo durante o período da Segunda Guerra Mundial, já relativamente distante do período da crise do final da década de 1920 e começo da de 1930. Para este, o sistema de mercado agora passaria a ser regulado, isso não significa que os mercados deixariam de existir, pois são essenciais para a liberdade do consumidor e para identificar mudanças da demanda, por exemplo. Só significa que deixariam de ser “órgãos de autorregulação da economia”. Portanto, no final da obra, a mensagem deixada é a de que a situação da época exigiria uma cooperação maior entre os países, pois estes passariam a estar mais sujeitos às variações do comércio internacional. A própria liberdade, que de acordo com o autor não poderia ser alcançada no mercado autorregulado, uma vez que o objetivo era o lucro, em sua época passa a ser plausível de ser buscada, em conjunto com a paz, obviamente exigindo um esforço conjunto bastante expressivo por parte dos países. Mais do que isso, o esforço agora poderia ser feito dando mais força à busca da liberdade em função da eficiência da produção, já que cada indivíduo deveria ser responsável por buscar a liberdade de todos, e não apenas a sua própria. Por fim, é dito que “A descoberta da sociedade, portanto, será o fim ou o renascimento da liberdade”, pois a tarefa se mostra árdua, mas não se deve preocupar com o planejamento como forma de destruição desta (POLANYI, 1944, p.347-355).

3 PLANEJAMENTO PARA O CONFLITO E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Levando em conta o primeiro artigo preliminar da obra de Kant tratado no primeiro capítulo, chegamos à conclusão de que os tratados de paz não deveriam conter ressalvas que possibilitassem uma guerra futura. Utilizando como exemplo o período da Primeira Guerra Mundial, podemos perceber que as necessidades impostas por Kant não foram atendidas, uma vez que as consequências do tratado em seu término, foram determinantes para a própria eclosão da Segunda Guerra Mundial, aplicando o que Kant chamaria de reserva mental nos pactos envolvidos. Da mesma forma, os conflitos no Oriente Médio demonstram claramente que os acordos de trégua não são respeitados ao ponto de não resultarem em conflitos posteriores, uma vez que não resolvem as causas dos desentendimentos. Portanto a informação necessária a ser destacada de sua obra é que um tratado de paz que resolvesse um conflito específico não seria o suficiente, sendo necessária a criação de uma liga de nações que assegurasse a paz perpétua, através da mediação das reivindicações das nações, e isto só seria possível por meio de um planejamento que buscasse entender os conflitos de interesses por parte dos envolvidos, visando o desenvolvimento da sociedade. Tarso Genro, em sua análise sobre a obra kantiana, argumenta que a época atual possui uma diferença básica em relação ao fim do século XVII, pois o tempo presente tem como fundamento “a erosão ocasionada pela transnacionalização das relações, que gera um outro tipo de cultura, que produz um sujeito individual diferente daquele sujeito-cidadão formal da época em que se estabilizavam os Estados-nação analisados por Kant.” (Genro, 1997, p. 239). Em boa parte, o fato de as decisões políticas serem tomadas priorizando fatores econômicos, em detrimento dos interesses dos indivíduos, relega para segundo plano a necessidade de criação de um tipo de Direito Cosmopolita.

Segundo esta análise, é de extrema importância que não se considere apenas a existência de um tratado de paz, se este não for resultado de uma organização que forneça um espaço de negociação que, de maneira internacional,

atue para solucionar os conflitos ulteriores que ocorrerão tanto de maneira interna quanto de forma internacional, porém ainda considerando que o próprio Kant rejeita a existência de um estado mundial, uma vez que esta ocasionaria a perda de diversidade cultural. Tanto é claro este caminho a ser tomado, que Tugendhat, em seu livro *Lições sobre ética*, ressalta “a moral no sentido kantiano leva por si mesma a ter de ser compreendida como uma moral de direitos ... esta compreensão exige, por sua vez, a existência de um Estado forte (e eventualmente uma comunidade de Estados fortes)” (TUGENDHAT, 1996, p. 364), identificando que o que Kant chama de “a insociável sociabilidade dos homens” não seria resolvida seguindo apenas o curso natural, sendo necessário o planejamento por parte dos Estados, desenvolvendo-se de forma coletiva e não por indivíduos. Nas palavras de Tugendhat, “entretanto, o mal radical só poderá ser sanado com a instauração de um Estado ético-civil, isto é, por uma comunidade ética organizada segundo as leis da virtude” (KANT, 2005, p. 89). Ainda que esta posição seja defensora da forma republicana de Estado se faz presente a ideia da vontade geral (*volonté générale*) de Rousseau, no que se refere às relações entre liberdade e coerção e ao direito de resistência negativa e opinião pública. Vontade esta que, se bem-organizada pelo planejamento para as constituições republicanas, resultaria na Liga dos Povos (*Volkerbund*), de forma interestatal, com o objetivo de eliminar os conflitos.

À época em que foi escrita, a obra kantiana procurava levar em conta os novos parâmetros das relações internacionais e do direito público europeu, estabelecidos pela Paz de Vestfália. O equilíbrio entre os Estados era mantido através de vigilância constante para que não se sobressaísse uma potência que trouxesse os males da guerra à tona novamente. Porém, ainda não se conhecia o conceito das guerras mundiais, que viriam a eclodir no século XX, como um exemplo de guerra de extermínio de povos. Para Kant, a Revolução Francesa deveria ser um sinônimo de progresso, não sendo possível imaginar que conflitos de tal ordem seriam possíveis pós instauração das constituições republicanas, já que o período anterior, marcado por perseguições religiosas, novas colonizações e conquistas, acabaram resultando em tratados internacionais, alianças, e até mesmo o Tratado de Basiléia. Portanto, se, para Kant, a identificação por parte dos Estados da

necessidade de criar as condições e se planejar para a não existência de conflitos posteriores era o ponto principal de sua obra, em Polanyi, a necessidade era de planejamento para o que viria após os efeitos da crise de 1929.

Os estudos de Polanyi evocam o contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o liberalismo estava em crise, em um momento que o próprio autor sugere como sendo de supremacia do mecanismo sobre o organismo, de padronização da vida e da “subordinação do homem às necessidades da máquina” (POLANYI, 1978 p. 2), resultantes da sociedade de mercado. Este argumenta que a economia identificada pela sua forma de mercado é uma maneira errônea de entendimento demasiadamente simplificado, conhecido como “a falácia economicista”, subordinando as relações sociais aos interesses econômicos de forma utópica, fazendo com que se fuja a compreensão de seu papel na sociedade. As dificuldades enfrentadas pela sociedade já se mostravam mais complexas do que no período de Kant, gerando a discussão de seu último capítulo sobre como o poder e o planejamento que buscassem a liberdade pudessem ser a causa da própria falta de liberdade. Porém Polanyi ressalta que ““não existe uma sociedade sem o poder e a compulsão, nem um mundo em que a força não tenha qualquer função” (POLANYI, 1944, p. 250), exigindo que a regulação ocorresse de tal forma que não fosse a proposta pelo liberalismo, para que o mercado não correspondesse às vontades dos capitais privados, pois de acordo com o autor, deve-se priorizar os tipos de liberdade bons, e não a forma que concede a liberdade de explorar o próximo, por exemplo. Sendo assim, as formas de protecionismo que surgiram no século XIX e XX seriam até mesmo o curso natural das coisas, de acordo com Polanyi. Tão expressiva era a sua preocupação com o rumo da sociedade que escreve que “este primeiro século da Idade da máquina chega ao seu fim num ambiente de medo e agitação. O seu fabuloso sucesso material deve-se à pronta e até à entusiástica subordinação do homem às necessidades da máquina. O capitalismo liberal foi com efeito a resposta inicial do homem ao desafio da Revolução industrial.” (POLANYI, 1978, p.2)

Porém a transição entre a sociedade de mercado para o período em que existiria a regulação proposta seria ainda mais perigosa, pois sua

desmercantilização entraria em conflito com os interesses privados. Reintroduzir os elementos que foram introduzidos em mecanismos de mercado, descritos no segundo capítulo, na sociedade, em um momento que esta se mostrava tão dependente da economia, poderia ocorrer com a reversão do “desaparecimento do Estado”. Ao retratar sobre a situação dos países durante a guerra, Polanyi argumenta que “a Grã-Bretanha durante a Guerra introduziu uma planificação completa da economia e acabou com a separação entre o governo e a indústria, donde nascera a liberdade do século XIX, e, contudo, nunca as liberdades públicas estiveram mais asseguradas do que no auge da Guerra.” (POLANYI, 1978, p. 16). Ora, se este era o caso para o país que é a representação e origem da Revolução Industrial, também deveria ser para os demais, até mesmo para os Estados Unidos e suas manobras para alocação dos trabalhadores para corresponder às demandas da guerra. Neste momento em que as ideologias se encontravam em uma dualidade entre aceitar o status quo do sistema econômico, ou tentar resolver os conflitos através da intervenção planificadora através da própria planificação, o autor demonstra defender a segunda opção. Polanyi escreve que “uma tal ação consciente e responsável é, de facto, um dos elementos fundamentais da liberdade numa sociedade complexa. Mas, como a matéria deste artigo sugere, um tal empreendimento só poderá ter êxito se for disciplinado por uma visão global do homem e da sociedade muito diferente da que herdamos da economia de mercado.” (POLANYI, 1979, p.17).

Se à sua época, Polanyi já antevia o fator da terra introduzida no mercado como sendo extremamente problemática, este fator atualmente se mostra ainda mais relevante, dados os avanços da Economia Ecológica, que retratam como os recursos naturais são incompatíveis com a visão de fluxo que se tem na economia, necessitando de uma outra forma de mensuração e de gestão dos bens comuns. Fator este que se agrava pelo retorno do paradigma econômico atual de atar a solução dos problemas e do desenvolvimento ao crescimento da economia industrial e do cálculo do PIB. Logo, se percebe que a discussão deste autor sobre os aspectos éticos e morais nas reflexões econômicas demanda necessariamente atenção para questões ainda mais abrangentes do que os vigentes na metade do

século XX. Até mesmo pelo motivo de que as políticas continuam sendo influenciadas por ideologias neoliberais equivalentes à questão liberal da sociedade de mercado. Portanto, temos que para Kant a exigência era que os Estados Europeus se organizassem de modo a evitar conflitos futuros, para Polanyi exigia-se preparação e organização por parte dos Estados para a transição para uma economia de regulação dos mercados, e para a atualidade, o proposto nessa monografia é estudar como seriam enfrentadas as mudanças climáticas, exigindo um planejamento por parte dos Estados que consiga levar em conta os diversos interesses envolvidos na discussão. Medidas como redução de desperdício, redução da utilização de materiais e energia, de gases de efeito estufa e a promoção de produtos sustentáveis são mudanças que exigem a capacidade de manobra em relação às grandes corporações que visam ao lucro. Ao mesmo tempo, é compreendido pela literatura que a distribuição de renda de maneira desigual tende a fazer com que os Estados sejam menos atenciosos com as questões ambientais.

No final do século XX e início do século XXI, os assuntos climáticos tenderam a ter soluções monetárias e tentativas de inserção em mercados que se mostraram ineficientes para sua resolução. Ainda que a preocupação com o meio ambiente já existisse, o *mainstream* econômico priorizava a ideia de recursos inesgotáveis e a simplificação em cálculos de custos, que sempre tende a subestimar a real grandeza do problema. A falta de cooperação internacional e a sobreposição de interesses internos dificulta a visão do problema, e é fato conhecido que não se pode esperar que as grandes corporações que dominam os mercados simplesmente optem por adotar estratégias que sejam benéficas ao meio ambiente. Experiências concretas como tentativas de precificar a poluição por meio de impostos não têm resultados expressivos, uma vez que a obrigação é repassada ou para os consumidores, ou para outros países, sem ao menos se dar conta se os custos impostos estão apresentando resultados reais para o que originalmente haviam sido propostos. Países em situação desvantajosa podem se ver obrigados a aceitar condições opressoras por falta de escolha para se manter minimamente competitivos no cenário internacional. Nesta comunidade globalizada, as decisões

são tomadas de acordo com o poder de cada Estado, tendo seu poder de coerção e constrangimento indicado de maneira falha.

Para que se combata os problemas relacionados às mudanças climáticas Martin Arboleda, em seu livro *Gobernar la utopia*, traz a ideia de planificação para o conflito, que vem em paralelo ao proposto por Kant e Polanyi, para as resoluções de seus problemas. Para Arboleda, os recursos tecnológicos atuais permitem que estes problemas sejam atacados de forma que o planejamento incorpore maior participação das massas na política e em suas decisões. Este modelo teria planos de contingência que permitiriam a experimentação e atualização em tempo real do planejamento, de forma a flexibilizar as medidas enquanto diminui a influência das forças de mercado, se preparando para as possíveis respostas por parte das corporações e de políticas que tenham seus interesses contrários aos das medidas que busquem combater as mudanças climáticas e melhorar a gestão dos bens públicos. Em uma das sugestões trazidas por Arboleda, para a relação entre o mercado e a planificação, este propõe um “esquema baseado em cooperativas autogestionadas onde um mecanismo de coordenação central se encarregaria de garantir condições genuinamente competitivas” (ARBOLEDA, 2021. p. 67). Fato é que a vertente neoliberal que defende o *homo economicus* como possuindo “superpoderes” de acesso às informações e tomada de decisões pontuais da melhor forma possível ainda tornava difícil a articulação de políticas, uma vez que os Estados em boa parte são influenciados pelas grandes corporações e sofrem pressão para que as medidas os favoreçam.

Um ponto de inflexão identificável nesta curva foi a crise financeira de 2008, com grandes quantias sendo dispostas pelos governos para gerar liquidez para as entidades financeiras, demonstrando a ineficiência do mercado em retratar as demandas dos consumidores. Para Arboleda isto demonstra um retorno da planificação econômica em grande escala, como uma tentativa de executar a espontaneidade do mercado não atingida. Tentativa essa que por meio de mecanismos tributários regressivos, regimes de propriedade intelectual e tratados de livre comércio que indicam para o autor evidências de um “Capitalismo de Estado”, ou, como chama os autores Matteo Mandarini e Alberto Toscano “o Estado

logístico” (ARBOLEDA, 2021, p. 42), e suas medidas para conciliar o Estado e os fluxos de mercadorias.

Logo, ao mesmo tempo que se priorizem instituições privadas, não se busque por maior transparência por parte dos Estados, se tenham poucas pautas de justiça fiscal e de reformulação dos impostos, as próprias corporações exigem investimentos públicos em logística, a exemplo de grandes projetos de portos e ferrovias que atendam o fluxo de mercadorias. Para que este aproveitamento do Estado apenas para fins de interesse não ocorresse, Arboleda argumenta ser necessária a criação de uma teoria política do Estado e das instituições que ainda não está sendo discutida, logo, não é bem definida. Portanto, propõe que “a emergente discussão internacional sobre o horizonte da planificação deve avançar na direção de uma maior elaboração teórica sobre os mecanismos institucionais concretos” (ARBOLEDA, 2021, p. 48). Somente assim seria possível utilizar a planificação, buscando aumentar a liberdade civil de forma ampla, impedindo abusos de poder e garantindo maior transparência nas prestações de conta, evitando favorecer o lobby das corporações, diminuindo assimetria de informação, melhorando a distribuição do excedente social e redistribuindo a propriedade da riqueza. Seria através da utilização das melhores características do mercado, das comunidades e do Estado, que seria possível a obtenção de resultados confiáveis e adaptáveis para cada situação.

Em sua argumentação, Arboleda retrata como mesmo os países que pregam o neoliberalismo atualmente, utilizaram-se de medidas de planejamento para se protegerem das forças do mercado no período que segue a Grande Depressão. Porém o desenvolvimento do sistema de patentes internacional e de propriedade tecnológica que se seguiram no desenrolar do século XX tornaram mais favoráveis a concentração de riqueza e a criação de grandes corporações. Para que seja efetiva, a planificação deveria ocorrer de forma a aproveitar as diversas formas de coleta e processamento de dados para fortalecer a democracia e desenvolver a sociedade. Estas tecnologias também poderiam ser utilizadas para eliminar as brechas tributárias, transferências de lucros e isenções que tanto beneficiam as grandes corporações. Paul Cockshott e Maxi Nieto definem as medidas de

planificação como sendo “a capacidade de determinar democraticamente rumos de desenvolvimento econômico e social a partir do controle do processo produtivo global” (COCKSHOTT; NIETO *apud* ARBOLEDA, 2021, p. 40).

Portanto, ainda que a dependência de financiamentos privados por parte dos Estados fosse ameaçada pela priorização dos interesses sociais e ecológicos, o planejamento conseguiria equilibrar as vontades privadas e individuais. Para esta identificação das demandas, seria necessário um “mecanismo de quantificação que permitiria a um conselho de planejamento monitorar as preferências dos consumidores”, argumenta Arboleda (ARBOLEDA, 2021, p. 68). Ele defende que ainda que certos autores desconsiderem a possibilidade de existência do mercado para que a planificação aconteça, pois, a própria existência do mercado caracteriza competição e concentração de riqueza, esta ideia seria prejudicial, pois a conciliação dos elementos benéficos de cada modelo seria possível, desde que não se sobressaia o interesse privado. Quanto a participação da tecnologia na prática, a própria concepção de bens públicos atualmente passa a abranger os chamados “bens públicos de colaboração” que englobam redes de comunicações digitais, modelos de código aberto, dentre outros serviços que tornam a economia mais distributiva, além de identificarem feedbacks das demandas de diversas classes, de diversos países, de forma simultânea. Todavia, apesar destas tecnologias “transformarem” modelos que antes eram privados em públicos, a falta de alcance pelo aparato institucional vigente faz com que os benefícios sejam aproveitados por poucos, correndo o risco de acabarem caindo no antigo modelo de direitos de propriedade.

Uma vez que se entenda que talvez o crescimento infinito do PIB não seja necessário, poderemos evoluir para índices que sejam mais adequados para o desenvolvimento e para atender as necessidades reais. Ademais, o modelo seguiria uma tendência a subsumir os diversos mercados que tenham propensões à acumulação de capital, permitindo, por exemplo, a utilização do mercado de capitais apenas em algumas situações específicas. Acima de tudo, não estariam definidas quais as formas de mercado e de retenção de riqueza seriam permitidas, uma vez que é impossível obter esta informação de antemão em um sistema complexo.

Conforme proposto, o que se faria seria analisar os feedbacks e incentivar os que forem benéficos para a sociedade através das instituições, não se limitando às opções que estão disponíveis no momento, e se preocupando em pensar e transformar o Estado e suas funções em uma nova forma, já que o que realmente é incompatível na discussão mercado versus Estado é o modelo atual de ambos. De acordo com Arboleda, “uma versão revitalizada do socialismo democrático incorporaria o que é valioso da teoria política liberal no materialismo histórico como enfoque epistemológico que tem como objetivo a transformação radical da sociedade” (ARBOLEDA, 2021, p.83), buscando apoiar e aumentar a democracia e não diminuir sua existência.

Caso não exista a redistribuição da riqueza e a desconcentração dos processos produtivos, mantendo a forma hegemônica atual, seria impossível sequer pensar nesta possibilidade. Outro trabalho que as instituições teriam que desenvolver seria o comprometimento com a legitimidade e a manutenção da paz social no período de transição, ou seja, no curto prazo, que conteria elementos antigos e outros já mudados, e que seriam tão importantes quanto os objetivos de longo prazo. Portanto, na planificação para o conflito, “ao permitir a coexistência do mercado e do planejamento, não se pretende neutralizar as relações antagônicas da sociedade, e sim proporcionar uma retaguarda institucional. (ARBOLEDA, 2021, p. 129). Significando que as medidas seriam feitas, mas não de forma radical, buscando avaliar o lado político e econômico, sem deixar de considerar nenhum dos lados do conflito social, contando com flexibilidade e possibilidade de contingência para superar os momentos de instabilidade política e econômica. Deve também considerar todas as realidades dos países, identificando qual seria o melhor funcionamento, considerando suas diferenças, suas composições de riqueza e propriedade, e as diversas formas de atuação dos Estados. Isto é necessário pois as reações às transformações podem ocorrer de forma mais violenta em países com piores condições. Por outro lado, podem sofrer maior boicote em países com maior atuação dos mercados financeiros, causando incertezas que necessitam de possibilidade de manobra. Seria, portanto, papel das instituições, fornecer o apoio para que a política não se desfaça, ao mesmo tempo ser uma base para apoiar os

diversos grupos sociais, enquanto muda o controle de criação de dinheiro, a posse da tecnologia e reduz os custos de transação do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca das relações entre os países e sobre as mudanças climáticas estão longe de serem esgotáveis em apenas um estudo. No primeiro caso, as discussões tais quais conhecemos atualmente existem pelo menos desde a formação dos Estados Nacionais e já foram estudadas por numerosos autores. No segundo caso, a dificuldade de conciliar os interesses privados e públicos, bem como a dependência do apoio privado para a estabilidade e competitividade dos Estados faz com que existam obstáculos para a obtenção de resultados palpáveis, para dizer o mínimo. Contudo, a forma de se abordar, e a possibilidade de objetivar um motivo real para que exista um planejamento, bem como a urgência do assunto, abre espaço para que a ampliação da participação da população seja capaz de modificar as decisões a serem tomadas. Conforme analisado ao longo deste trabalho, sem um aparato institucional que aumente o alcance das transformações das estruturas de mercado enquanto resposta às mudanças climáticas, não é possível que se cumpram metas que realmente amenizem, ou revertam a problemática tratada. De forma bastante clara, não se espera que os conflitos se resolvam de forma perfeita e duradoura sem que haja nenhuma possibilidade de manobra, reajustes, planos de contingência e experimentação de modelos. Até mesmo por esse motivo, se frisa a utilização dos instrumentos de análise de dados atuais, que permitiriam um entendimento maior das respostas dos agentes, quer sejam de mercado, como grandes corporações, como para sua contraparte, ou seja, agentes como indivíduos e organizações que busquem aumentar a competitividade, diminuir a concentração da produção de riqueza e trazer à tona tópicos deixados em segundo plano pelo *mainstream*. Ora, se para Kant se fazia necessário que os acordos não permitissem aberturas para conflitos futuros no final do século XVIII, podemos observar o próprio argumento de Polanyi sobre como a sociedade do século XIX é singular por tentar resolver os conflitos por outros meios, com mudanças sociais e econômicas, ainda que enfrentasse conflitos internos, se presenciou um período de paz inédito. Claro que a própria forma de se tentar

resolver estes conflitos foi causadora dos males trazidos pelas forças de mercado. Porém, ainda que problemática, percebe-se uma melhoria nas próprias relações entre os países com os mercados internos. Trazendo o argumento final deste trabalho, o resultado se mostraria diferente caso existisse uma base teórica e institucional ou uma identificação prévia sobre o desgaste do tecido social naquele momento. Logo, é com este gancho que se necessita observar com maior atenção o tratamento das mudanças climáticas e dos bens comuns, uma vez que se chegou ao entendimento, por perspectiva histórica que não é necessário aguardar a finalização de crises para que se possa recorrer ao aparato institucional e à administração dos Estados para resolvê-los. Ainda que ao longo da história recente se identifique diversos momentos que a atuação dos Estados se mostra falha, não só poderíamos ser capazes de identificar melhor a natureza dos problemas, como existiriam meios de garantir a participação popular. A aposta de que o Estado seria capaz de acomodar os conflitos produtivos advindos dos efeitos das mudanças climáticas é uma renovação, em outros termos, dos problemas mapeados pela paz kantiana e pela regulação dos mercados advogada por Polanyi. As condições materiais que orientam Kant é a consolidação da ideia de progresso. Polanyi escreve diante de uma grave crise desta mesma ideia de progresso. As consequências das mudanças climáticas exigem igualmente um arranjo institucional à altura.

Referências bibliográficas

ARBOLEDA, Martín. **Gobernar la utopía. Sobre la planificación y el poder popular**. 1ª Ed. – Buenos Aires: Caja Negra, 2021.

GENRO, Tarso. A “Paz perpétua” no mundo atual. In: ROHDEN, Valério (Coord.). **Kant e a instituição da paz**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997. p. 238 – 241.

GUYER, Paul (2006). **The Cambridge Companion to Kant and Modern Philosophy**. Editora Cambridge University Press. 1ª Edição.

KANT, Immanuel (2006). **Para a paz perpetua**. Instituto galego de estudos de Segurança Internacional e da Paz.

KANT, Immanuel (2005). **A Religião nos limites da simples razão**. São Paulo: Escala, 2005.

PIM, Joám Evans (2006). **Paz e conflito no pensamento kantiano: uma aproximação efêmera para a paz perpétua**. Instituto galego de estudos de Segurança Internacional e da Paz.

POLANYI, Karl (1944). **A Grande Transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época**. Editora Contraponto, 2021. 1ª Edição

RUSSEL, Bertrand (2015). **História da filosofia ocidental: A filosofia moderna**. Editora Nova Fronteira. 1ª Edição.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética**. 5ª ed. Trad. Grupo de doutorandos do PPG em Filosofia da UFRGS; revisão e organização da tradução Ernildo Stein. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

WILLIAMS, Howard (2012). **Kant and the End of War: A Critique of Just War Theory**. Editora Palgrave Macmillan London. 1ª Edição